

AMEAÇAS

Bispos temem um novo genocídio de índios

Projetos de colonização, instalação de novas usinas hidrelétricas e militarização das fronteiras são as mais recentes ameaças às populações indígenas da Amazônia que podem ser mais uma vez vítimas de genocídios. As informações foram dadas, ontem, pelo bispo Dom Jorge Marskell, de Itacoatiara e pelo coordenador regional do Conselho Indigenista Missionário — CIMI, Vitor Kameyama que vem acompanhando os prejuízos que as populações indígenas estão tendo com as instalações desses projetos na região.

No Amazonas, o projeto que mais preocupa os religiosos é o Calha Norte, que propõe a militarização das fronteiras, desde Tabatinga até Oiapó, em Roraima. Segundo esclareceu Vitor Kameyama esse projeto eminentemente militar tem a finalidade de proteger as fronteiras com a instalação de 8 aeroportos e 8 batalhões de fronteiras que ao longo desse trajeto serão construídos em terras indígenas. Acrescentou, ainda, que esses batalhões de fronteira servirão como núcleo de colonização, tendo como terras para o povoamento as dos indígenas que deixaram de ser demarcadas, estando a população em contante ameaça de extermínio.

Tanto para o bispo de Itacoatiara quanto para o coordenador do CIMI, a sonegação de informações exatas sobre esses projetos que mantém a população indígena alheia ao seu futuro propicia a incapacidade de se lutar ativamente contra suas instalações. Dom Jorge, inclusive, questiona essa democracia que não há participação popular, pois só em 1 ano de Nova

República houve maior número de mortes por conflitos rurais do que o último ano de Velha República, como tornando maior a concentração de terras nas mãos de fazendeiros e grandes empresários.

O Instituto de Colonização e Reforma Agrária — Incra, é responsável por outro projeto que também muito preocupa a Igreja amazense, constituído de dois planos de colonização em Presidente Figueiredo. Segundo Dom Jorge, o receio é de que esses projetos acabem iguais aos outros, falidos, sem nenhuma infra-estrutura aos colonos, que são obrigados a se constituírem mão-de-obra barata, explorados por empresas mineradoras. Essas empresas mineradoras, para os indígenas não passam de verdadeiras invasoras de terras. Segundo relato do bispo de Itacoatiara, os Waimiri-Atroari têm sido os mais prejudicados pela Mineradora Paranapanema, que além de invadir suas propriedades estão poluindo seus rios.

O projeto hidrelétrico de Balbina, em Presidente Figueiredo, também é motivo de inquietação da população local. A Igreja procura questionar o projeto no sentido de identificar a quem irá beneficiar e se vale a pena os estragos que irá causar. Para Dom Jorge, Balbina será um desastre ecológico e um absurdo tecnológico, uma vez que seu lago inundará 1.600 km² para gerar 250 quilowatts de energia. Enquanto Tucuruí que inundará quase a mesma quantidade (2.000 km²), produzirá 8.000 quilowatts. Além de deixar todos os colonos que vivem na

beira da estrada sem saber qual será o seu futuro ou se ao menos serão indenizados, os índios Waimiri-Atroari deixaram de ter sua reserva, por decreto presidencial, por ser considerada uma área propícia a invasões. Mas, segundo informações recebidas no local, não haverá só uma Balbina para angustiar a população, uma vez que existem planos de construir na área novas usinas hidrelétricas.

Em Rondônia e Acre, a população indígena tem recebido o impacto do projeto Pólo Noroeste que deveria contribuir para solucionar os problemas sociais das regiões, com abertura de estradas. Vitor Kameyama relatou que este projeto se tornou um "grande elefante branco" que tinha a intenção de criar uma classe média rural vinda do sul do País. Porém não foi concretizado, tendo se tornado área de conflito entre as grandes empresas. Enquanto que posseiros e índios sofrem constantes ameaças de extermínio. Outro projeto que não deverá ser concretizado é o Programa de Proteção ao Meio Ambiente em Comunidades Indígenas, no Acre, que tem a finalidade de proteger o meio ambiente e garantir a propriedade indígena. Para Vitor, com a abertura de estradas até Cruzeiro do Sul, a onda de migração deverá trazer graves consequências à população indígena local.

Tanto o CIMI — Conselho Indigenista Missionário, quanto a CPT — Comissão Pastoral da Terra, órgãos ligados à Igreja, tentam informar a população rural e indígena, tentando conscientizá-la da importância da união.

Encontro do clero realiza-se hoje

Com o tema "Que padre sou eu na região", a Comissão Regional do Clero, órgão subsidiário do Conselho Nacional dos Bispos-CNBB, realiza hoje no Marombá o Primeiro Encontro Regional do Clero.

O padre, independente de sua nacionalidade, quando é destacado para prestar serviços nas diferentes localidades da Ama-

zônia é comum se deparar como uma série de problemas e vicissitudes. Neste aspecto, explica o padre Luiz Souza, o missionário deve, até que seja totalmente inserido à região, questionar a si próprio qual a sua verdadeira identidade e qual a sua função na região; o que assumiu na sua caminhada e o que reluta em assumir. Só assim, explica Luiz

Souza, é que o padre poderá se adequar à região, convivendo com a sua realidade e até mesmo esquecer a sua nacionalidade.

O encontro que será aberto às 9 horas contará com a participação de todos os padres religiosos e seculares que ao final, elaborarão um documento conclusivo do evento.